

PMDB ameaça romper com governo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Dentro de 60 a 90 dias, no máximo, o PMDB decide se continua a apoiar o governo ou rompe abertamente e passa para a oposição, uma opção que poderá ter forças internas discordantes, mas que conta com a maioria do partido. Ao dar a informação, ontem, o senador Affonso Camargo (PR), 3º vice-presidente do PMDB, justificou o possível rompimento com a indefinição do governo em adotar medidas concretas e objetivas para superar a crise econômica e política, enquanto o seu partido "vai-se comprometendo com a insatisfação popular".

Camargo frisou que suas declarações e críticas não deveriam ser confundidas com nenhum processo de desestabilização, "pois são construtivas". E observou que a indefinição e a falta de programas é que não dá estabilidade ao governo. Ele prevê que, na hipótese do rompimento, o próprio Ulysses Guimarães não poderá ficar contra o partido, já que a insatisfação é generalizada.

O único que pode evitar a passagem do PMDB para a oposição é o presidente José Sarney, caso se disponha a adotar as medidas que o momento exige, disse o senador paranaense, para quem a situação de ambivalência em que o partido é obrigado a ficar não pode prevalecer. Segundo ele, "o governo não pode ficar na eterna indefinição e imaginar que será acompanhado pelos peemedebistas".

A Aliança Democrática, na opinião de Affonso Camargo, só existe formalmente e nesta condição acaba dificultando ainda mais as ações do governo. Se Sarney decidir agir, com o apoio do PMDB, o partido deve

assumir efetivamente o governo e se responsabilizar por ele. A persistir a indefinição oficial, o senador não vê como evitar o debate sobre a redução do mandato do presidente da República. Ontem, o secretário-geral do PMDB, Newton Reis, informou que na reunião da Executiva Nacional do partido, terça-feira, pedirá a antecipação da discussão para que seja fixado o mandato de Sarney.

PERPLEXIDADE

O senador Mário Covas (SP) reconheceu ontem que dentro do PMDB há um clima de "muita perplexidade" diante da falta de orientação do governo, especialmente em relação à crise econômica. Em função disso, ele considerou viável a possibilidade levantada por Affonso Camargo, de rompimento com o Palácio do Planalto. Covas admitiu ainda que muitos peemedebistas concordam com a decisão. Mesmo assim, disse que "este não é o melhor caminho para alertar e colaborar com o governo".

O PMDB tem responsabilidade e deve participar com sua colaboração, elaborando propostas que possam ser estudadas e adotadas pelo governo, disse Covas, acrescentando que o próprio partido também não tem a agilidade desejada para colaborar. Um partido que está no governo não coloca a premissa do rompimento, observou Covas, pois isso implica reconhecer também seu fracasso. Lembra o senador que em várias oportunidades o governo tem se comportado em franco conflito com o papel histórico desempenhado pelo PMDB nos últimos anos, citando como exemplos a intervenção das Forças Armadas nas refinarias e portos.

Covas reconhece igualmente a indecisão do governo, mas acha que

este não é momento de uma ruptura, pois a situação política é delicada e as lideranças partidárias devem ter consciência disso. O senador Affonso Camargo, terceiro vice-presidente do PMDB, defende também a maior participação do partido no governo através da apresentação de propostas concretas para a solução dos atuais impasses, mas observando que "a impaciência se alastra entre os parlamentares e a saturação pode acabar influenciando a decisão do rompimento". Caso contrário, mantendo o apoio, o partido deve inclusive aumentar sua participação e responsabilidades, sem hesitar em ocupar cargos, como a chefia do Gabinete Civil, acha o senador.

O deputado Virgildésio Sena (BA), um dos líderes do grupo mais progressista do PMDB, considera que a avaliação de Camargo está correta. Mas acrescentou estar certo de

que dentro de poucos dias o governo lançará um novo programa de recuperação econômica e com isso voltará a conquistar o apoio político necessário, reaglutinando as forças do PMDB. Para o deputado Gastone Rigghi (PTB-SP), as declarações de Affonso Camargo revelam que o PMDB no governo se tem manifestado como "um simulacro de partido". Em sua opinião, "se o governo está errado, a responsabilidade é também do partido que lhe dá sustentação".

O Palácio do Planalto preferiu não comentar as declarações do senador Affonso Camargo, de que o PMDB poderá romper com o governo. Segundo o porta-voz Antônio Frota Neto, o presidente José Sarney ainda não estava informado especificamente das palavras de Camargo. Por esta razão, reservava-se ao direito de não emitir opinião a respeito.

Sarney tenta entender a cabeça dos contribuintes

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney recebeu ontem 54 parlamentares — a maioria estreme e do PMDB — e decidiu intensificar esses encontros no Palácio do Planalto "para tentar entender o que se passa na cabeça dos constituintes", segundo confidenciou a um influente deputado do PMDB. Sarney concluiu que o Executivo corre sérios riscos de ser atropelado por surpresas durante as discussões dos grandes temas da Assembleia devido à falta de articulação entre os líderes e os novos parlamentares, a maioria desconhecida e sem perfil ideológico completamente definido.

O presidente deu como exemplo mais recente a tentativa, frustrada, do líder Mário Covas de estabelecer um acordo com o PFL para a composição da Mesa. Na hora da votação, conforme expressão do próprio presidente, a liderança entrou na mão e a bancada peemedebista na contramão, rejeitando o acordo e fazendo com que Covas sofresse sua primeira derrota como líder do partido na Constituinte. Sarney considerou necessário, antes de mais nada, um entrosamento entre os líderes Mário Covas, Ulysses Guimarães, Luiz Henrique e Carlos Sant'Anna. Ele próprio pretende manter um relacionamento mais estreito com as bancadas do PMDB e do PFL.

Nas audiências de ontem, Sarney preferiu não falar do seu mandato, bem da reforma ministerial. A bancada do PFL de Minas (dez deputados), no entanto, quis registrar a posição, unânime, de que a sua permanência no governo deve ser de seis anos para não ferir o juramento à Constituição em vigor, que estabelece eleições diretas para presidente da República em 1990. De acordo com o coordenador da bancada, Christovam Chilarádia, Sarney agradeceu o apoio, mas disse que, particularmente, não fará nenhuma gestão para a aprovação desse prazo.

Da bancada do PMDB do Rio de Janeiro o presidente ouviu que, antes da definição do mandato, a Constituinte deve definir-se sobre o regime de governo a prevalecer — presidencialismo ou parlamentarismo. No



Júlio Fernandes
José Sarney

gabinete presidencial, os 13 integrantes da bancada fluminense procederam à votação do seu representante na Comissão de Ordem Econômica da Assembleia. A escolha recaiu sobre Gustavo Faria, tendo como suplentes Denisar Arneiro e Jorge Leite. O deputado Márcio Braga tentou arrancar do presidente uma informação sobre a reforma ministerial. "O que eu sei", declarou Sarney, "é o que está nos jornais".

Finalmente, o presidente recebeu o casal Marco Antônio Mastrobuono e a deputada Dirce Quadros (PTB-SP). À saída do gabinete, a deputada paulista disse ser "impatriótico para qualquer parlamentar colocar-se em oposição ao presidente José Sarney nesse momento de crise". Dirce Quadros falou pouco, mas observou que, apesar do apoio ao governo, o PTB ainda não se incorporou formalmente à Aliança Democrática, conforme se noticiou. Mastrobuono, por sua vez, informou que fez um relato ao presidente Sarney de seu esforço para organizar o PTB em São Paulo.

No encontro, CNBB ouve o que não quer

O encontro era promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas não faltaram parlamentares que aproveitaram o convite para criticar a atuação da Igreja nas questões fundiárias e sua posição quanto ao aborto e ao divórcio. Isso aconteceu na sede da entidade, anteontem à noite, quando cerca de 90 deputados e senadores atenderam ao convite da presidência da CNBB para debater o documento "Por uma nova ordem constitucional", aprovado pelo episcopado no ano passado, e definir uma forma de colaboração e mesmo assessoramento aos parlamentares. O que acabou ocorrendo, no entanto, foi um verdadeiro debate parlamentar, que tocou em questões classificadas pelo próprio presidente do órgão eclesial, d. Ivo Lorscheiter, de "muito delicadas".

Depois do tumulto inicial — durante o qual o deputado José Genofino (PT-SP) interrompeu o discurso de Messias Goes (PFL-SE), que acusava setores da Igreja de estarem incentivando atritos entre posseiros e proprietários de terra —, tentou-se limitar o "pinga-fogo" com um sinal, que intervinha quando um deputado ou senador falasse por mais de três minutos.

Logo no início da reunião d. Ivo havia feito um esclarecimento: "Os senhores não estão aqui para ser doutrinados pela CNBB. Nossa missão não é política, mas não podemos esquecer que somos fermento no meio da massa". Poucos parlamentares, entretanto, seguiram a pauta apresentada pela entidade. "Será correto não interferir numa gravidez que vai gerar um monstro?" — indagou o senador Meira Filho. Em relação a questões como a do aborto e do divórcio, ressaltou d. Ivo, a Igreja continuará intransigente. Já quanto à interferência nos problemas do campo, o presidente da CNBB afirmou que a violência existe, mas não é instigada pelos padres, mas sim por uma estrutura fundiária injusta.

O deputado Mendonça de Moraes (PMDB-MG) preferiu alertar a CNBB para o risco de a Igreja vir a ser utilizada durante a Constituinte "por pessoas não católicas para fazer o lobby de correntes ideológicas".



Alencar Monteiro

Mesa só de mulheres

Por alguns minutos, a sessão ordinária de ontem da Assembleia Nacional Constituinte foi dirigida por mulheres: ocuparam a mesa diretora as deputadas Cristina Tavares (PMDB-PE), Irma Passoni (PT-SP), Wilma Maia (PDS-RN) — as três na foto —, Rose de Freitas (PMDB-ES) e Abigail Feitosa (PMDB-BA). A ideia foi do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-

SP), na presidência da sessão, que quis prestar uma homenagem às integrantes do Conselho Nacional das Mulheres, as quais estavam no Congresso para entregar um documento intitulado "Carta aos Constituintes", contendo várias reivindicações femininas. Inicialmente proibidas de chegar às galerias, elas se aglomeraram no Salão Verde, em frente à porta principal do

pleno, e ficaram cantando até receberem a solidariedade das deputadas. A presidência da Mesa coube à veterana Cristina Tavares, no exercício de seu terceiro mandato parlamentar. Durante a sessão, quase todas as 26 deputadas fizeram questão de passar pela tribuna, a fim de saudarem as mulheres que se encontravam nas galerias.

PFL caminha para a implosão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Partido da Frente Liberal estaria caminhando para a implosão, a começar pela seção mineira. Deputados e senadores do PFL estão cada vez mais irritados com o que chamam de discriminação do Planalto, sempre beneficiando o PMDB. O partido está sendo mais atingido no seu Estado-base, Minas Gerais, de Aureliano Chaves, onde cresce, a cada dia, a influência do novo governador Newton Cardoso.

Ontem, pela manhã, o PFL mineiro esteve com o presidente Sarney, levando seus lamentos, suas queixas e suas reclamações. A nomeação do ex-senador blônico Muriel Badaró para a presidência da Fiat foi classificada de barganha. Seria para recompensar o ex-candidato do PFL-PL ao Palácio da Liberdade em 1986, Itamar Franco.

A nomeação de Aníbal Teixeira — que na campanha eleitoral foi denunciado pelo PFL-PL por abuso de poder e distribuição de recursos com fins eleitorais em benefício do PMDB — foi um duro golpe em cima do PFL mineiro. O Palácio da Liberdade, que conseguiu antes a diretoria-geral do DNER, terá ainda outra pasta ministerial: Transportes ou Desenvolvimento Urbano (se não for extinta).

Os ministros Aureliano Chaves, Marco Maciel e Jorge Bornhausen, principalmente, têm sido alertados por muitos parlamentares do PFL sobre a "escalada" peemedebista em cima do partido. "A presença de Aníbal Teixeira na Sepal-Seac teve o objetivo claro de destruir o PFL em Minas", desabafou o deputado Humberto Souto.

Os deputados Inocêncio Oliveira (PE) e José Thomaz Nono (AL), apesar da reação contrária do secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz (MS), comentaram, ontem, que o partido tem de parar para pensar o que fazer. Inocêncio Oliveira, dos mais ligados ao ministro Marco Maciel, citou, muito preocupado, recente pesquisa sobre a aceitação popular dos partidos. O PDS e o PTB — sem contar o PDT e o PT — ficaram bem acima do PFL.

Nono, meio exaltado, disse ao secretário-geral do partido que assinava embaixo declaração feita pelo deputado balano Marcelo Cordeiro, na reunião do PMDB de quarta-feira, segundo a qual o PFL "culda mais do rei do que do reino". O parlamentar



alagoano também concordou com o representante do PMDB da Bahia de que o PFL não merece confiança para ser o canal entre a Constituinte e a sociedade.

Na reunião do PMDB, Marcelo Cordeiro, indicado candidato a 1.º secretário da Mesa Diretora da Assembleia Nacional Constituinte, chegou a dizer que, se o PFL conquistasse a 1.ª secretaria da Mesa, ninguém poderia garantir que não seriam engavetadas as propostas da sociedade à Constituinte.

Humberto Souto está alertando parlamentares esquerdistas do PMDB para as "escaladas" do Palácio da Liberdade e do Palácio dos Bandeirantes rumo à Esplanada dos Ministérios. Para o deputado mineiro do PFL, as esquerdas do PMDB serão também atingidas, se Orestes Górcia e Newton Cardoso tiverem êxito na reivindicação pelos Ministérios da Indústria e Comércio e Desenvolvimento Urbano, por exemplo.

Alguém citou como provável substituto de Dilson Funaro no Ministério da Fazenda o atual presidente da Companhia Vale do Rio Doce Internacional, Eliezer Baptista.

"Se isso acontecer, o PMDB rompe com o governo Sarney", desabafou o deputado balano Domingo Leonelli, da ala esquerda do PMDB.

Souto retrucou: "Rompe nada. É mais fácil a esquerda sair do PMDB".

Muitos parlamentares do PFL são de opinião que o partido e seus líderes nacionais, como Aureliano Chaves e Marco Maciel, precisam, com urgência, fazer uma autocrítica e definir novo comportamento diante do governo Sarney. Eles acham que os ministros do PFL ainda continuam no governo "para evitar o pior". Mesmo assim, não acreditam que a atual situação instável possa durar muito tempo.

De acordo com a proposta de muitos parlamentares, o PFL deveria afastar-se do governo Sarney, mantendo uma linha crítica, de independência, deixando sob responsabilidade exclusiva do PMDB de Ulysses Guimarães a administração e o respaldo político-parlamentar.

Apesar disso, o PFL admite estudar o plano do bloco parlamentar de apoio a Sarney — que está sendo avaliado por Carlos Sant'Anna e Prisco Vianna — reunindo várias siglas. "Aí seria diferente. O partido poderia estudar para ver se seria ou não conveniente nosso apoio", observou um dirigente do PFL. Pelo que se observa, a Aliança Democrática, já extinta nos Estados, estaria com os dias contados no Congresso e na Assembleia Nacional Constituinte.